

Representatividade em coletivos estudantis: análise com base nas relações estabelecidas no contexto universitário

Representativeness in students collectives: analysis based on the relations established in the university context

*Léa Regina de Medeiros¹
Vinicius de Souza Moreira²
Marilourdes Guimarães Soares³
Simone Martins⁴*

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi caracterizar os coletivos estudantis de ações afirmativas e analisar as relações que estabelecem com as instâncias regimentais da gestão universitária. Analisou-se o contexto da Universidade Federal de Viçosa. Para a operacionalização deste estudo, foram feitas entrevistas, apreciação das páginas virtuais e interpretação e análise das informações coletadas. Concluiu-se que os coletivos são grupos autônomos, geridos pelos próprios membros, que não veem na hierarquia e institucionalização as condições necessárias para constituição e atuação do movimento. Além disso, tecem ampla cadeia de relações, entre os próprios grupos, com os demais órgãos da gestão universitária e para além de suas fronteiras.

ABSTRACT: The aim of the research was to characterize the students groups of affirmative actions and to analyze the relations established with the regimental instances of the university management. We analyzed the context of the Federal University of Viçosa. To carry out the study, interviews were conducted; appreciation of the virtual pages and interpretation and analysis of the information collected. It was concluded that the collectives are autonomous groups, managed by the members themselves and do not see in the hierarchy and institutionalization the necessary conditions for the constitution and performance of the movement. In addition, they make a wide chain of relationships, between the groups themselves, with the other university management bodies and beyond their borders.

PALAVRAS-CHAVE: Coletivos. Participação. Movimento estudantil.

KEYWORDS: Collective. Participation. Student movement.

I. INTRODUÇÃO

A ressurgência de movimentos estudantis, sobretudo, com base em manifestações do Movimento Passe Livre (2013) e pré e pós-*impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (2016), tem levado à necessidade de caracterizar novas possibilidades de organização e participação social dos estudantes no Brasil e suas formas de se relacionar com as instituições. Os formatos tradicionais de representação verticalizadas e organizadas em Centros ou Diretórios Acadêmicos que, por sua vez, ligavam-se aos Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) para interlocução com as administrações superiores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), parecem não dar conta da complexidade de demandas e questões estudantis.

Esta horizontalidade nas relações de representação impõe novos desafios de governança para a Administração das IFES. A criação espontânea dos coletivos estudantis como novos espaços para expressões político-culturais, que acabam se configurando em ações afirmativas de causas particulares, traz consigo desafios de relações para além dos desenhos institucionais clássicos de representação. Se a horizontalidade é a tônica das relações das diversas camadas do universo estudantil, ela também se manifesta nas relações com as diferentes esferas da administração.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV), situada no interior de Minas Gerais, é um microcosmo do que se verifica em outras IFES no Brasil no que diz respeito às demandas de representação do movimento estudantil informal que, recentemente, foi autodenominado como coletivos estudantis. Esta mudança no paradigma das representações surge na UFV com a criação do coletivo de diversidade sexual “Primavera nos Dentes” (2008), que se organiza em torno de estudantes discriminados por suas opções sexuais e que têm, em comum, a busca de ações afirmativas para a causa LGBT (o acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros).

Tendo como referência “Primavera nos Dentes”, outras bandeiras se organizaram em torno da autodenominação de “coletivos estudantis”. Estes movimentos, que têm como principais características a independência e a autonomia em torno de causas comuns, surgem e desaparecem sem

1 Jornalista da Diretoria de Comunicação Institucional, Universidade Federal de Viçosa. E-mail: medeiros@ufv.br.

2 Doutorando em Administração, Universidade Federal de Viçosa, membro do Grupo de Trabalho Clacso Espaço Deliberativos e Governança Pública (GEGOP). E-mail: vsmoreira.ufv@gmail.com.

3 Bacharel em Administração com Habilitação em Comercio Exterior Faculdade de Viçosa (FDV). E-mail: marilugsoares@yahoo.com.br.

4 Professora do Departamento de Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Viçosa, coordenadora geral do Grupo de Trabalho Clacso Espaço Deliberativos e Governança Pública (GEGOP). E-mail: simmone.martins@gmail.com.

que haja nenhuma formalização. As mais sólidas e duráveis são aquelas que se organizam em torno de ações afirmativas⁵ no que diz respeito ao gênero e à raça. É por este motivo que o estudo foca atenção nos coletivos mais atuantes na UFV: o Primavera nos Dentes, com a causa LGBT; o Beladonas, com a causa feminista; e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-Viçosa), com causas raciais. Registra-se a existência de outros coletivos ligados partidos políticos e causas agroecológicas, embora não tenham sido alvo desta pesquisa.

O objetivo deste estudo foi a caracterização dos coletivos universitários, relacionando-os com a questão da representatividade e das relações que estabelecem com instituições formais (DCE e instâncias administrativas da UFV). Percebe-se que estas organizações informais, embora de caráter espontâneo, horizontal e informal, são cada vez mais reconhecidas e legitimadas por estas instâncias formais de gestão e têm contribuído para novas experiências institucionais na busca do aperfeiçoamento para a governança democrática.

Além desta introdução, o artigo traz três seções de literatura, sendo a primeira responsável por situar a presente pesquisa no âmbito dos estudos sobre participação social, adiante, traz as ênfases centrais na participação no âmbito universitário e nos coletivos. A quinta parte descreve a abordagem metodológica empregada. Na sexta seção, são apresentados e discutidos os resultados para, ao final, tecer considerações e conclusões gerais.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: POR QUAL CAMINHO PRETENDEMOS NAVEGAR?

Conceituar o termo “participação” não é uma questão simples em virtude da polissemia da palavra e das inúmeras possibilidades às quais ela pode ser agregada (LAVALLE, 2011). Para exemplificar, adjetivos como social, cidadã, local, política, estudantil, individual, entre outros podem ser acrescidos à palavra participação. A participação, assim, pode ser “categoria nativa da prática política de atores sociais”, “categoria teórica da teoria democrática com pesos variáveis segundo as vertentes teóricas” e, ainda, “procedimento institucionalizado com funções delimitadas por leis e disposições regimentais” (LAVALLE, 2011, p.33).

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, institucionaliza-se e amplia-se a participação da sociedade em espaços de decisão política,

5 Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural (Instituto de Estudos Sociais e Políticos, s.d.).

fruto da luta de movimentos sociais e suas reivindicações no decorrer do período ditatorial (1964-1984). Os anos 1990, por sua vez, foram marcados pela institucionalização da consulta à sociedade em processos no escopo da atuação das políticas públicas, tornando-se um dos princípios organizativos de etapas como a formulação de políticas públicas e a da deliberação democrática (MILANI, 2008). Em decorrência destas características e do novo contexto social instaurado, a participação da sociedade na política passou a ser alvo de estudos que têm se dedicado a (re)conhecer a contribuição destas iniciativas, explorando suas atividades e ações, os atores envolvidos nos processos e os possíveis resultados em distintos espaços constituídos para participação. Entre as experiências mais relatadas e investigadas, destacam-se os orçamentos participativos (BOULDING; WAMPLER, 2010; PIRES; MARTINS, 2011; CUNHA *et al.*, 2014; NOVAES; SANTOS, 2014) e os conselhos municipais de políticas públicas (CARNEIRO, 2002; TATAGIBA, 2002; KLEBA *et al.*, 2015; LOPES *et al.*, 2016; MOREIRA *et al.*, 2016).

Os parágrafos anteriormente apresentados não tiveram a intenção de esgotar o número de publicações sobre a temática, mas evidenciar sua importância e algumas linhas de estudos. E foi diante desse amplo quadro de possibilidades e das inter-relações estabelecidas entre a sociedade civil, a sociedade política e o desenho que as instituições puderam assumir (sua configuração em termos de constituição e funcionamento), que Leonardo Avritzer formulou o conceito de instituições participativas, isto é,

formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas. É possível diferenciar pelo menos três formas através das quais os cidadãos ou associações da sociedade civil podem participar do processo de tomada de decisão política: a primeira [...] é o que denominamos de desenho participativo de baixo para cima [...]. Neste caso, do qual o orçamento participativo no Brasil é o exemplo mais conhecido, há a livre entrada de qualquer cidadão no processo participativo, e as formas institucionais da participação são constituídas de baixo para cima. [...] A segunda maneira [...] é através de um processo de partilha do poder, isto é, através da constituição de uma instituição na qual atores estatais e atores da sociedade civil participam simultaneamente [...]. Há ainda um terceiro formato [...] no qual ocorre um processo de ratificação pública, ou seja, no qual se estabelece um processo em que os atores da sociedade civil não participam do processo decisório, mas são chamados a referendá-lo publicamente (AVRITZER, p. 45-46, 2008).

A esse respeito, Lopez e Pires (2010) comentam que essas formas de participação política são consideradas instituições por envolverem con-

juntos de normas e procedimentos que estruturam a ação social e política. Além disso, por meio de suas instâncias representativas – formalmente organizadas e vinculadas a estruturas do Estado – proporcionam a vocalização de demandas, discussão pública e formação de acordos, considerando a contribuição de cidadãos e grupos organizados da sociedade.

Nessa perspectiva, ao debruçar-se sobre a conceituação de instituições participativas, pode-se observar que ela direciona sua lente analítica para diferentes formas de participação que estejam regulamentadas e desenhadas formalmente para cumprimento de suas funções e objetivos. Ademais, tendo em vista as exemplificações tecidas e os estudos que fazem referência ao conceito, percebe-se que a ênfase está na relação Estado-Sociedade, mais direcionada a mecanismos desenvolvidos pela administração pública direta.

Em virtude do conceito e seus desdobramentos, observa-se uma dupla oportunidade de pesquisa. Primeiramente, ao observar que no âmbito da administração pública indireta, instituições participativas – com base no conceito de Avritzer (2008) – são desenhadas para que possa haver deliberação sobre assuntos particulares às entidades, inclusive de natureza política, haja vista a necessidade de estabelecimento de políticas organizacionais e institucionais. Nesse caso particular, chama-se atenção para as universidades federais que, por sua vez, criam conselhos universitários que distribuem assentos à comunidade acadêmica (representantes da gestão, do copo técnico, docente e estudantil) para participar dos processos decisórios. Portanto, parte-se do entendimento de que a universidade cria instituições participativas, que envolvem um conjunto de normas e procedimentos que estruturam as ações, para promover a discussão pública e a formação de acordos pela contribuição dos grupos organizados.

Em segundo lugar, porque o conceito de Avritzer (2008) acaba por excluir experiências nas quais não cabe um desenho institucional, mas que, por outro lado, estrutura espaços informais, mobiliza públicos e, assim, promove discussões e fomenta a ocupação de espaços institucionalizados. Definições representam um conjunto de escolhas e, conseqüentemente, deixaram de fora uma infinidade de elementos do mundo social. E, na linha do contexto universitário, alguns desses elementos deixados de lado, e que podem ser vistos como espaços informais, são os coletivos estudantis, a reunião de integrantes da comunidade acadêmica em prol de uma causa especial que se mobilizam para pleitear seus direitos e fazer valer a voz daqueles que representam.

Assim, a proposta deste trabalho lança olhares para a conjuntura universitária, na qual sua comunidade e a gestão coexistem num ambiente em que decisões políticas são tomadas e a figura do Estado se faz presente. Além disso, o intuito principal foi incorporar públicos de organizações informais, mas que incentivam e promovem o debate político para levar

suas demandas para discussões em espaços institucionalizados. Dito de outra forma, a intenção foi investigar como ocorrem as relações entre os coletivos e as instituições participativas (formalizadas) de deliberação na universidade. Em função desta proposta, na seção seguinte, são apresentadas considerações sobre os espaços de participação no contexto universitário.

3. A PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO UNIVERITÁRIO: ESPAÇOS E FORMAS DE REPRESENTAÇÃO

O estudo focaliza a realidade do Campus Viçosa-MG, da Universidade Federal de Viçosa, trazendo esta seção elementos do contexto em análise: espaços e formas de representação. As principais instituições de participação criadas pela gestão da UFV são o Conselho Universitário (CONSU) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). De iniciativa estudantil, em termos formais, destaca-se o DCE e, informais, os coletivos.

O CEPE “é o órgão superior de coordenação e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com funções normativas, consultivas e deliberativas, no plano didático-científico” (CEPE, 2013). Sua constituição congrega reitor, vice-reitor, pró-reitores, professores, técnicos administrativos, estudantes (de nível médio, graduação e pós-graduação), além de representantes da Secretaria de Estado da Educação ou da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e da Secretaria Municipal da Educação. O CONSU, por sua vez, “é o órgão superior de administração, com funções consultivas e deliberativas” (CONSU, 2000). Sua composição, mais ampla e diversificada, abarca reitor, vice-reitor, pró-reitores, diretores dos centros de ciências, representante do CEPE, representantes dos docentes (graduação, pós-graduação e por Centro de Ciências), professores, técnicos administrativos e representantes da agricultura, da indústria e da comunidade local.

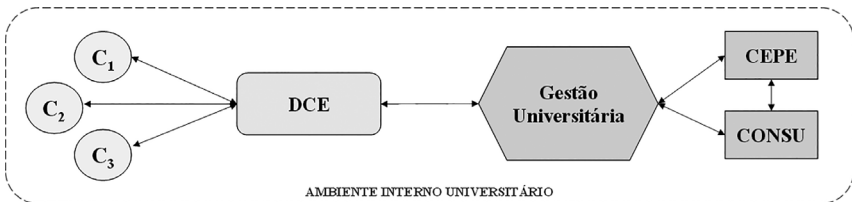
No que se refere ao Diretório Central dos Estudantes, trata-se da “entidade máxima de representação estudantil na Universidade Federal de Viçosa”, sendo considerada “uma associação civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, sem filiação político-partidária, livre e independente dos órgãos públicos e governamentais de representação e coordenação do corpo discente” (DCE-UFV, 2015). Podem-se associar ao DCE aqueles que integram o corpo discente de graduação da UFV – Campus Viçosa.

Por outro lado, existem os grupos que surgem espontaneamente no contexto universitário e emergem de uma reunião de indivíduos que buscam socializar-se e discutir causas comuns - os denominados coletivos. Embora não formalizados, os coletivos são entendidos como uma possibilidade de proporcionar a participação estudantil universitária, uma vez que as discussões não se restringem ao entorno de suas possibilidades e podem avançar a outras instâncias da comunidade acadêmica. Borelli e Aboboreira (2011, p.165-166) comentam que os coletivos podem ser

a) coletivos extrainstitucionais, que não buscam, ou mesmo recusam, conexões institucionais como justificativa para afirmação de independência e autonomia; b) coletivos que se articulam a diferentes ordens de institucionalidade [...], recebem “auxílios” e participam de editais e concorrências para a realização de suas atividades político-culturais; c) coletivos juvenis, que atuam de forma colaborativa[...] usufruindo indiretamente da infraestrutura já conseguida por outros agrupamentos, por meio de projetos e serviços anteriormente aprovados, por meio de mecanismos das políticas públicas voltadas à juventude; d) coletivos que já desfrutaram por um ou dois anos da verba pública e permanecem atuando, mesmo quando este vínculo deixou de ocorrer (BORELLI; ABOBOREIRA, 2011, p.165-166).

Uma vez identificados os grupos e espaços no contexto social universitário, é apresentada, na Figura 1, a expectativa de relacionamento entre coletivos, DCE e a Gestão Universitária.

Figura 1 – Coletivos, DCE e Gestão Universitária: expectativa de relacionamento.



Fonte: Elaborada pelos autores. Notas: C1 a C3 = coletivos; DCE = Diretório Central dos Estudantes; CEPE = Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; CONSU = Conselho Universitário.

A premissa inicial é de que os coletivos, por atuarem em causas estudantis específicas e não disporem de uma estrutura formalizada, valer-se-iam do espaço reconhecidamente formal do DCE para levar suas pautas e demandas. Uma vez que as reivindicações deveriam ser comunicadas à representação máxima dos estudantes haveria, então, a expectativa de que o Diretório Central pudesse intermediar e/ou representar os coletivos nas instâncias superiores da Gestão Universitária, não somente no âmbito dos conselhos, mas nas discussões com os demais órgãos administrativos.

4. UM POUCO MAIS SOBRE OS COLETIVOS...

Tendo como referência buscas em indexadores de periódicos científicos (*Spell* e *SciELO*) em torno do tema “coletivos”, verificou-se que o assunto suscita pouca literatura especializada. Na carência de estudos para os coletivos formados em universidades, recorreu-se a pesquisas sobre tais grupos,

porém em outras esferas. Os estudos situam-se no âmbito da sociologia e buscam entender as relações sociais que se inserem nestes grupos e os desdobramentos em termos culturais, participativos e simbólicos. As pesquisas enfocam os “coletivos juvenis” e as ações culturais protagonizadas por esse público que se refletem em ações políticas.

Sposito (1993), ao estudar a sociabilidade juvenil em bairros periféricos da cidade de São Paulo, em torno do *Rhythm and Poetry* (RAP), argumenta que estes coletivos nascem do compartilhamento de condições semelhantes, haja vista a vivência em situações de violência urbana, luta pela sobrevivência e pobreza. Os coletivos denunciam a exclusão sociocultural, a violência policial e a discriminação no trabalho e no ambiente escolar. Montoya (2010) investigou a participação política juvenil em Medellín (Colômbia) e observou o trânsito da atuação dos jovens em organizações formalizadas e em coletivos juvenis (autônomos), cujos interesses são propriamente juvenis, destacando-se os grupos culturais, musicais, estéticos e de resistência. Borelli e Aboboreira (2011) também dirigiram sua pesquisa para os coletivos juvenis (*Hip Hop*, artes visuais, teatro, música, dança) que atuam nas periferias da cidade de São Paulo e mostraram que tais grupos são protagonistas de ações mediadas pela cultura, política, cotidianidade e relações com as políticas públicas. E, numa linha similar, Silva (2012) pesquisou os coletivos juvenis de Teresina-PI e mostrou que as sociabilidades são partilhadas e as identidades construídas em contextos com aspectos relacionais, fluidos e abertos.

Pela leitura destas experiências, foram identificados traços comuns como: a) trajetória de vida e de vida cultural dos participantes; b) informações sobre o coletivo (histórico, objetivos, ações já realizadas, projetos futuros); c) vínculos, parcerias e articulações já estabelecidos com projetos e serviços de políticas públicas estatais/governamentais, do terceiro setor, da iniciativa privada; e d) relações cultura/política, cooperação e conflitos decorrentes. E deles, extraiu-se ainda a definição de Montoya (2010), que argumenta que os coletivos

representan agrupaciones con determinado posicionamiento cultural e, incluso, de política local. Los colectivos tienen una definida y anunciada identidad grupal, implican la presencia de algún consenso básico, y conservan el desapego respecto a las formalidades innecesarias. Su discurso revela [...] el carácter democrático- participativo [...]: todos sus miembros piensan, deciden y actúan; no hay censura, no hay jefes, la representatividad se limita a los que quieren participar [...] (MONTROYA, 2010, p. 70).

Portanto, ao direcionarmos as atenções para o microcosmo universitário bem como à forma pela qual seus grupos estudantis se originam,

o entendimento de coletivo para este trabalho aglutina os conceitos apresentados (originários da concepção de coletivos juvenis) para a observação da dinâmica da Instituição de Ensino Superior em que se desenvolveu este estudo. Coletivos universitários, por conseguinte, *são grupos auto-organizados, oriundos da comunidade acadêmica, independentes e não institucionais, que nascem pela percepção de que a organização ou eleição formal de representantes discentes não é suficiente para garantir a representação de uma causa* (grifos nossos). Embora os temas tratados por estes grupos sejam transversais e contemplem demandas políticas, eles são focados e se delimitam em pautas específicas de acordo com suas vivências e causas individuais.

Se for possível uma delimitação espacial para a formação de coletivos, este espaço seriam as redes sociais, pois contribuem para a identificação e a reunião de indivíduos com causas em comum. Plataformas de mídia social, como o Facebook, permitem a comunicação, a troca de ideias e impressões e a mobilização deste público, geograficamente disperso, em torno de temas compartilhados. É a partir dessa mobilização virtual que surge a necessidade de encontros presenciais para o contato mais próximo e a socialização das ideias. Importante ressaltar que os coletivos podem surgir de demandas factuais, como episódios de violência racial, sexista ou homofóbicos e podem desaparecer quando cessada a causa.

5. ABORDAGEM METODOLÓGICA

5.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

O estudo tem caráter qualitativo, pois: (i) os indivíduos foram as fontes diretas dos dados e experiências narradas por eles que permitiram estabelecer as conexões entre os coletivos e outras instituições; (ii) fez-se uso da pesquisa descritiva, sendo que os elementos ambientais e humanos foram analisados holisticamente; e (iii) buscou-se compreender o fenômeno aqui estudado na perspectiva dos participantes (GODOY, 1995).

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Viçosa, Instituição Pública Federal de Ensino Superior, localizada no município de Viçosa-MG. Entre os fatores que justificam a escolha do Campus Viçosa, ressaltam-se a acessibilidade e a facilidade de contatar os representantes dos grupos e instituições que fizeram parte do estudo. E o público-alvo integrante da pesquisa foram os representantes dos coletivos estudantis, sendo que, para fins desta investigação, foram escolhidos aqueles que tinham como pauta as ações afirmativas, quais sejam: o Primavera nos Dentes, Beladonas e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-Viçosa); os indivíduos que fazem parte da instituição formal que representa os estudantes, o Diretório Central dos Estudantes (DCE); e, por fim, os gestores da instituição universitária, relacionados diretamente às questões de ordem comunitária, tendo sido escolhida a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD).

5.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi operacionalizada em três etapas: (i) realização de entrevistas; (ii) apreciação das páginas virtuais, em redes de sociabilidade e meios oficiais; e (iii) interpretação e análise do conjunto de informações anteriormente coletadas.

A fonte principal de dados foi a realização de entrevistas com roteiros semiestruturados, que foram gravadas e transcritas, o que permitiu a reprodução exata dos depoimentos, além de proporcionar aos pesquisadores a condição de serem espectadores atentos à fala dos entrevistados. Para condução das entrevistas, foram elaborados dois roteiros distintos, uma vez que eram divergentes tanto as características dos públicos-alvo quanto as informações a que se visava extrair. O primeiro se dirigiu, exclusivamente, aos integrantes dos coletivos, buscando conhecê-los e entender a forma de atuação (se houve transformações, continuidades, rupturas), perpassando pela construção histórica até os dias atuais, com destaque para as pautas, plataformas e causas que o coletivo defende. Além disso, investigou-se a articulação do coletivo com as instituições formais de representação da UFV e como as relações aconteciam. O segundo roteiro esteve orientado para os integrantes das instituições formais que atuam no âmbito da gestão universitária (UFV e DCE), com vistas a entender a articulação com os coletivos e compreender como as interações ocorriam.

A escolha dos participantes teve como base o nível de envolvimento nas atividades que lhes eram competentes. Assim sendo, foram feitas, no total, cinco entrevistas: três com os representantes dos coletivos (designados ao longo do texto como C1, C2 e C3); uma com a representação discente (D1.); e uma com o representante da gestão universitária (P1.). As entrevistas aconteceram no período de 31 de outubro de 2016 a 11 de novembro de 2016.

Num segundo momento, foram analisadas as páginas virtuais disponibilizadas em mídias sociais e em sítios eletrônicos oficiais. Atentou-se para a busca por informações que fossem capazes de agregar conhecimento sobre o histórico e atuação dos coletivos e das instituições, como, por exemplo, o conteúdo de postagens e publicações, notícias, fóruns.

Para o tratamento das informações, empregou-se a Análise de Conteúdo, sendo que as categorias, Quadro 1 (*veja na página seguinte*), foram estabelecidas, *a priori*, observando sua pertinência, homogeneidade e exclusividade (BARDIN, 2009).

6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

De forma a proporcionar uma sequência lógica para a leitura dos resultados, a seção foi subdividida conforme as categorias analíticas estabelecidas: primeiro, os atributos que permitiram caracterizar os coletivos e, adiante, argumenta-se sobre as relações institucionais.

Quadro 1 – Categorias Analíticas

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIA	REFERENCIAL
Coletivo	Teve o intuito de descrever e compreender a formação histórica e a composição dos coletivos, discutindo suas causas e principais ações realizadas.	História	Sposito (1993); Montoya (2010); Borelli e Aboboreira (2011); Silva (2012).
		Constituição	
		Causas	
		Ações	
Relações institucionais	O objetivo foi explorar as relações entre os coletivos e as instituições formais universitárias, de forma a extrair elementos que configurem as interações estabelecidas ou não entre eles.	Parcerias	
		Cooperação e Conflito	

Fonte: Elaborado pelos autores.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS COLETIVOS

O escopo da pesquisa abrangeu três coletivos estudantis que atuam em pautas específicas. O primeiro deles é o “Primavera nos Dentes”, coletivo que abrange as causas de afirmação de direitos relacionados à diversidade sexual e de gênero. A história do movimento se inicia em 2008 com uma reunião de estudantes interessados em estudos a respeito da sexualidade e das questões de gênero. Este grupo participava de encontros nacionais, como o Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (Enudes), que fomentava a criação de coletivos de gênero nas universidades. Porém, foi no de 2009, durante a realização da Marcha Nico Lopes⁶, que um evento particular mudou a forma de concepção do grupo de estudos: durante esta tradicional festa de alunos da UFV, o bloco LGBT teve uma bandeira queimada numa clara atitude de desrespeito e preconceito. Segundo o relato de C1, esta foi a motivação que faltava para a criação do coletivo estudantil.

Em termos de constituição, ao longo dos anos, o número de estudantes foi variável em vista do caráter passageiro dos participantes ao longo da vida acadêmica. Na atual configuração, existem dez estudantes que atuam com maior frequência. Em outras épocas, foram mencionados números em torno de 40 pessoas. Vale ressaltar que o contingente varia

⁶ A Nico Lopes é um evento tradicional que ocorre em Viçosa desde 1929. Historicamente promovido pelo DCE da UFV, faz parte da memória de Viçosa e da comunidade acadêmica e se caracteriza por englobar atividades políticas e culturais (<http://nicolopes.blogspot.com.br/>).

de acordo com demandas, como, por exemplo, em episódios homofóbicos e com a realização de eventos que tendem a mobilizar mais estudantes para o coletivo.

As principais ações realizadas vão ao encontro das discussões a respeito da violência, homofobia e estabelecimento de direitos para o público LGTB. Nota-se, pela fala de C1 e pela pesquisa nas mídias sociais, que, embora com número restrito de membros, o “Primavera nos Dentes” promoveu uma série de debates e eventos, com destaque para a “Semana de Negritude LGBT” e a “Semana de Combate à LGBTfobia”, conjugando palestras, oficinas, rodas de conversa e apresentações artísticas. Para 2017, está em preparação o “Encontro Regional de Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero”, a ser realizado na UFV. A respeito, ainda sobre a atuação do coletivo, é digno de nota o fato de a UFV ter sido a primeira universidade de Minas Gerais a permitir a adoção de nome social⁷, em 2013, nas matrículas de estudantes, como reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais. O pioneirismo deve-se, segundo seus membros, à ação do Coletivo “Primavera nos Dentes”.

O segundo coletivo que fez parte do estudo foi o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, NEAB-Viçosa-MG. A história do movimento inicia-se quando da participação de estudantes da UFV no “Encontro de Negros, Negras e Cotistas da União Nacional dos Estudantes” (UNE), em 2011. Durante a realização deste evento, os estudantes tiveram contato com a proposta do Núcleo e, assim, trouxeram-no para Viçosa. Interessante comentar que o NEAB é um movimento nacional que pode ser instituído nas universidades ou instituições de ensino que assumirem os ideais trazidos pelo Núcleo.

No que se refere à constituição do grupo, assim como no caso do “Primavera”, há um número variável de membros, sejam estudantes, professores, servidores e indivíduos da cidade de Viçosa. A proposta do NEAB é estimular a reflexão acerca das desigualdades etnicorraciais e das políticas de promoção da igualdade. Tem o papel de promover debates e discussões relativos à temática da História, Cultura e Patrimônio, a partir de grupos de estudos, simpósios, congressos, entre outros. Busca-se criar e/ou fortalecer parcerias com grupos ou organizações que realizam produções artísticas, culturais ou qualquer manifestação que tenham como foco a reflexão acerca das tradições e saberes africanos e afro-brasileiros. Este conjunto de ações diz respeito ao contexto tanto no âmbito universitário quanto na cidade de Viçosa-MG e região. Entre os últimos eventos e ações promovidos, chama-se atenção para a “Semana da Consciência Negra de Viçosa 2016” e a “VIII Marcha da Consciência Negra de Viçosa 2016”.

⁷ Nome social é a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida (Brasil, 2016).

O “Beladonas”, terceiro coletivo estudado, é um movimento de mulheres que luta pelas causas feministas. O coletivo nasceu, inicialmente, com o nome de “Vacac Profanas, em 2012. O surgimento adveio da necessidade de discutir o feminismo e o que envolve este tema no âmbito da UFV. Depois de quatro anos de atuação, o nome do coletivo foi alterado, em maio de 2016, tendo em vista o objetivo de atingir mais mulheres que ainda não estão completamente integradas na luta feminista (tanto no ambiente acadêmico quanto para além de suas fronteiras). Como constituição, trata-se de um grupo composto por mulheres auto-organizadas. As principais ações giram em torno da realização semanal de grupos de estudos e a promoção de eventos e debates sobre causas feministas e de combate ao machismo, ao sexismo e à homofobia. Os últimos eventos e ações realizados foram “Seminário Interno de Formação de Identidade”, “Semana da Visibilidade Lésbica” e “Feminismo em roda: discutindo cultura do estupro”.

Diante das entrevistas realizadas com membros expoentes dos coletivos e a investigação das páginas virtuais, foram evidenciados alguns aspectos em comum, característicos da constituição e atuação destes movimentos.

Primeiramente, percebeu-se que não há inscrições ou filiações formais, tampouco estatutos que ordenem a constituição dos coletivos. Ademais, não há diretoria ou qualquer tipo de organização formal ou hierarquia. Por conta disso, as mais importantes características dos coletivos estudantis na UFV são: o caráter anárquico no sentido conceitual da rejeição a algum tipo de poder interno constituído; a existência independente de outras organizações; e a formação determinada pela convivência entre pessoas com características e interesses comuns. Associado a isso, as lideranças são espontâneas e podem emergir ou variar de acordo com o tema em questão. A formalização dos coletivos em entidades como associações, diretórios ou Organizações Não Governamentais (ONGs) parece não interessar aos membros. A constituição, segundo eles, é e deve ser espontânea e informal, traços semelhantes aos apontados por Montoya (2010) e Borelli e Aboboreira (2011).

Outro ponto interessante é sobre a formação dos coletivos. Identificou-se que, embora a constituição seja espontânea, fatos externos funcionam como motivadores ou estopins para dar forma ao grupo, podendo ser eventos promovidos por coletivos ou outros tipos de associações (estaduais ou nacionais), por episódios pontuais de violência e desrespeito a uma causa ou por estes dois fatores conjugados.

A existência de bolsas de extensão ou iniciação científica é fator de motivação para criação e/ou consolidação dos coletivos. Na UFV, existe uma instância chamada “Observatório dos Movimentos Sociais”, que tem como objetivo mapear os movimentos sociais atuantes na região da Zona da Mata de Minas Gerais e diagnosticar a situação socioeconômica dos en-

volvidos, contribuindo para a ampliação das ações formativas, produtivas e culturais, que fortaleçam a organicidade, a integração e a inter-relação dos movimentos. Alguns membros dos coletivos participam como bolsistas de projetos de extensão ligados ao referido Observatório e que tem o papel de estudar os temas relacionados às causas de ação afirmativa.

O número de participantes, embora variável nos coletivos, não se configura como fator preponderante para a existência dos grupos. O fato de estarem em uma Universidade na qual os estudantes têm uma vida passageira pela cidade torna a variabilidade de participação um tema de menor importância. Esta variação numérica depende também das mesmas causas que deram origem aos coletivos, ou seja, eventos temáticos ou demandas específicas como episódios de violência. Uma vez estabelecida ou cessada a causa, o número de participantes tende a variar.

6.2 OS COLETIVOS E SUAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Uma vez conhecidos os coletivos, o segundo momento da pesquisa atentou para entender e analisar as relações estabelecidas por este grupo informal de estudantes com as instituições universitárias formalmente estabelecidas para representar os interesses da comunidade acadêmica. Em termos específicos, focou-se nas interações com o Diretório Central dos Estudantes e com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.

A expectativa que girou em torno da construção da pesquisa era a de que o DCE, por ser a representação máxima dos estudantes, teria o papel de intermediar as relações entre os coletivos e as demais instâncias decisórias da Universidade. Todavia, foi consenso entre os entrevistados que a mediação do DCE nas relações com a UFV não era imprescindível. Os coletivos sobrevivem e independem das diferentes gestões eleitas para administração do DCE.

Os três coletivos, quando identificam a necessidade de estabelecer contatos com a administração da Universidade, agem de maneira pessoal e direta, por meio de ligações telefônicas feitas diretamente às autoridades (no caso de haver episódios de violência ou transgressão de direitos), ou por marcação de reuniões e audiências, quando há demandas para promoção de eventos, denúncias ou outras pautas afins.

Isso não quer dizer que a figura e a posição do DCE sejam vistas de forma inferiorizada. Pelo contrário, os membros dos coletivos reconhecem a representação daquele quanto às causas típicas do movimento estudantil como um todo. Entretanto, comentam que a organização ou eleição formal de representantes não é suficiente para garantir a representação de causas específicas, como o estabelecimento de direitos diante de situações de desrespeito, machismo, racismo e homofobia. Causas transversais dos coletivos, tais como alimentação, moradia estudantil e problemas acadêmicos gerais, são consideradas afeitas ao movimento estudantil organizado

e, neste caso, reconhece-se a representação formal do DCE. Contudo, no caso das pautas específicas, os coletivos não utilizam a mediação oficial do Diretório por considerarem que questões raciais e de gênero e a promoção de eventos que afetem públicos delimitados e segmentados de estudantes devem ser tratadas diretamente com a administração superior. E, sob essa perspectiva, percebeu-se haver consenso entre coletivos e DCE de que as causas específicas devem ser tratadas pelos primeiros, uma vez que já promovem debates internos e têm a vivência com essas demandas particulares. E, para o DCE, os coletivos são grupos legítimos de organização autônoma dentro do espectro maior, que é o movimento estudantil.

Agora, no que tange às relações dos grupos informais com a gestão universitária, os membros dos coletivos reconhecem a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários como prioritária na tratativa de suas demandas e afirmam que a cooperação e a fluência do diálogo dependem do gestor que ocupa a direção da PCD. Observou-se, ainda, uma personalidade explícita nestas relações, que foi justificada pela proximidade entre estudantes e Administração (traço característico da gestão universitária vigente nas palavras dos entrevistados). As outras instâncias de administrativas mais citadas foram as Pró-Reitorias de Ensino (PRE) e de Extensão e Cultura (PEC), além das Diretorias de Centro, sobretudo a do Centro de Ciências Humanas (CCH). Há de ressaltar que, mesmo diante desta proximidade, as relações não excluem conflitos e estes são mais explícitos quando os coletivos se sentem alijados de discussões que envolvam temas pelos quais se sentem afetados diretamente e que têm capacidade para debater. Um exemplo disso, citado por C2, foi a definição de políticas de cotas estabelecida pela UFV que, mesmo diante da manifestação de interesse do coletivo, a diretoria responsável não os convidou para as deliberações.

Do ponto de vista da gestão, tanto a atual administração da Universidade quanto do DCE, os coletivos são vistos como um movimento estudantil organizado (mesmo que autônomo, informal e não institucionalizado), pelo menos no que diz respeito à interlocução e acatamento de demandas. E, assim, em função do reconhecimento por parte das instituições formais, do fortalecimento dos coletivos e da complexidade das causas defendidas, dois desdobramentos importantes dessas relações emergiram nos últimos anos, quais sejam: a criação do Conselho Estudantil (CoE), no DCE, e da Comissão de Direitos Humanos e Diversidade (CDHD), no âmbito da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.

O Conselho Estudantil, que nasceu em 20015, é, conforme seu regimento interno (DCE, 2016), a segunda instância deliberativa, recursal e consultiva do corpo estudantil da UFV e tem como base a democracia interna e a representatividade nas decisões do Diretório Central de Estudantes. O CoE tem o intuito de promover o diálogo entre os Centros e Diretórios Acadêmicos, coletivos, representantes discentes nos órgãos

colegiados (CONSU e CEPE) e outras entidades da universidade, em prol do corpo discente. Todos os estudantes da Universidade têm direito a voz nas reuniões do COE, mas nem todas têm direito a voto.

Para fins de funcionamento e participação no CoE, o Estatuto e o Regimento do DCE entendem os coletivos como um grupo organizado de pessoas (das quais pelo menos duas deverão ser estudantes regularmente matriculados na UFV) que desenvolve atividades e promove intervenções com o objetivo de atender necessidades da comunidade acadêmica, desde que não sejam práticas discriminatórias, fruto de preconceito social, étnico, de gênero ou qualquer outro elemento que possa dar ensejo a uma discriminação injusta e ilícita. Para que possa ter direito a voto, o coletivo deve existir há pelos menos um semestre, ser representado por um estudante matriculado e que esteja presente, consecutivamente, em três reuniões ordinárias do CoE, imediatamente antecedentes à reunião em que se pleiteia o direito ao voto.

Já a Comissão dos Direitos Humanos e Diversidade foi criada em abril de 2016, pelo Ato nº 09 da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD, 2016), para proporcionar reflexões e estabelecer ações e políticas direcionadas para a promoção dos direitos humanos e da diversidade, assim como para combater toda forma de preconceito, discriminação e violência na instituição. A comissão é composta por estudantes ligados a movimentos sociais, professores e técnicos da UFV e pretende “pensar tanto os mecanismos punitivos para aqueles que praticam atos contrários aos princípios básicos dos direitos humanos quanto fomentar e promover espaços de discussão e formação em direitos humanos visando à prevenção de tais práticas, bem como à construção de uma comunidade acadêmica mais democrática, justa e igualitária” (PCD, 2016). Interessante indicar que nenhum membro da atual gestão do DCE compõe a CDHD, mas, por outro lado, há um representante dos coletivos NEAB e Primavera nos Dentes.

Segundo o entrevistado P1, todos os coletivos foram convidados para integrar a CDHD por entender que o atual regimento da UFV é insuficiente para abranger a gama e complexidade de problemas atuais que acometem a Universidade. E a criação desta Comissão foi uma forma, não apenas de enfrentamento das causas, mas também um acatamento da horizontalidade do movimento estudantil.

Nós não podemos depender do juízo de valor. Então quando você coloca claramente o que se entende por uma atitude racista, ou homofóbica, você permite ao gestor e àquele que é vitimado e àquele que é o agressor uma clareza muito maior sobre o que se fala, quais os limites e como a Universidade deve se posicionar nesta situação. É um avanço, uma política de enfrentamento” [P1].

As constituições do CoE e do CDHD nos permitem observar que para lidar com a existência de múltiplos movimentos organizados na Universidade, tanto o DCE como a gestão universitária, reconhecendo o “mundo da vida” na concepção de Habermas (1995), precisaram criar mecanismos formais de relacionamento para deliberação e buscar novas experiências institucionais que possam contribuir para a inclusão e o avanço do processo democrático. A criação destes dois espaços deliberativos indica uma abertura para o processo de democracia deliberativa segundo a qual as decisões políticas serão legítimas se forem baseadas numa vontade pública concebida democraticamente em estruturas não regulamentadas e desprovidas de relações de poder, denominadas de “esfera pública”.

Assim, CoE e CDHD, no que diz respeito à intenção formal, nos permitiram perceber a reunião de diversas condições propostas por Fung (2004) para a ocorrência de deliberação, tais como incluir equitativamente as vozes, considerar a opinião divergente alheia e contribuição para agendas políticas. Nesse sentido, as atuais administrações do DCE e da Universidade Federal de Viçosa, ao tomarem para si a função de recrutar os coletivos temáticos para participação em instituições com estes fins, estabeleceram um desenho institucional de participação que pode ser, na concepção do mencionado autor, considerado como minipúblicos, definidos pelo autor como um “fórum educativo que pretende criar condições quase ideais para os cidadãos formarem, articularem e refinarem opiniões sobre determinados assuntos públicos por meio de conversações uns com os outros” (p.176).

Observou-se, nesta perspectiva, que os desenhos institucionais do CoE e do Conselho de Direitos Humanos eram diferentes. O primeiro, ainda que seguindo um regimento interno, tem caráter mais espontâneo, coincidindo com a proposta do movimento estudantil horizontalmente constituído. O segundo é mais organizado e visa a gerar regras de conduta, incluindo punições para quem as transgredir. Para Fung (2004), estes diferentes desenhos devem ser escolhas deliberadas e fruto do aprendizado contínuo e trazem consequências para a governança democrática. Como a presente pesquisa não se limitou a investigar tais instituições, não é possível verificar os efeitos destes espaços e de seus respectivos desenhos.

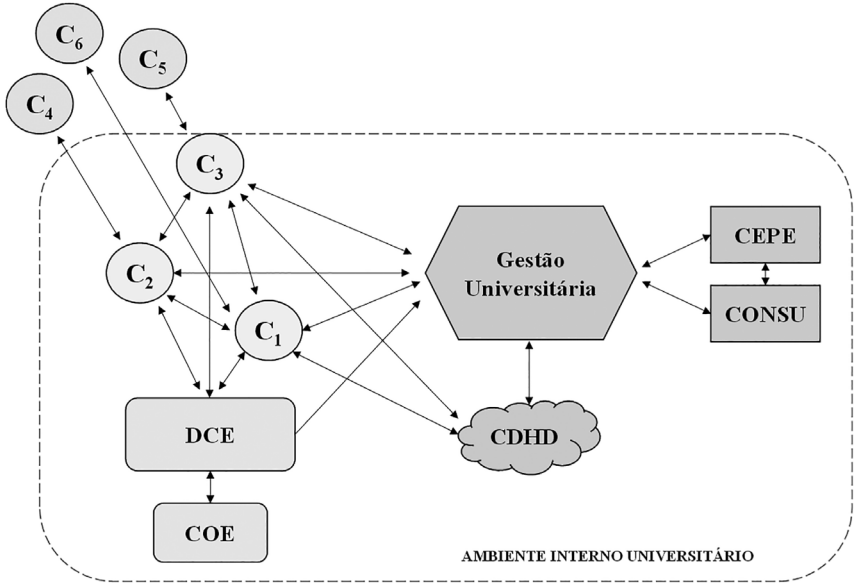
Destarte, pode-se afirmar que tanto o CoE quanto a Comissão de Direitos Humanos reúnem condições favoráveis de formação de “minipúblicos” (FUNG, 2004, p.175), tais como o recrutamento, autosseleção voluntária e o fato serem instituições participativas abertas aos que desejarem e têm interesse em participar. Configuram-se como experiências novas de participação, pois estas arenas deliberativas são escolas de democracia nas quais os indivíduos adquirem as habilidades de cidadania e passam a considerar melhor os interesses públicos em suas próprias preferências (Fung, 2004). Ao participarem, os coletivos também se sentem empoderados para outras participações, criando condições para o exercício da demo-

cracia deliberativa no que tange à busca de políticas para causas de ações afirmativas. É uma forma de aprendizado, de educação para a cidadania.

Desse modo, tais iniciativas carregam em sua gênese seu potencial de serem capazes de gerar efetividade, uma vez que há a possibilidade de afetar ações oficiais, gerar legitimidade, ajudar a implementar políticas, incorporar a deliberação popular à governança, além de mobilizar outros cidadãos e criar oportunidades para críticas e modificações. Ressalta-se que são experiências novas em um contexto ainda pouco explorado pela literatura acadêmica. Embora não seja possível dizer se são capazes de gerar os efeitos esperados, são propostas benéficas para o processo democrático numa universidade que, pela sua própria nomenclatura e constituição, deve se caracterizar pela incorporação das diferenças, pelo debate de ideias e pela incorporação de temas contemporâneos à sociedade.

Por fim, ao examinar os relatos a respeito do emaranhado de relações que se estabeleceram, tanto dos coletivos com a gestão, com o DCE e também com outros movimentos internos e externos à instituição, é possível notar a complexidade do movimento estudantil e sua inter-relação com as representações universitárias (Figura 2).

Figura 2 – Relações institucionais: Coletivos, DCE, CoE, CDHD e a Gestão Universitária.



Fonte: Elaborada pelos autores. Notas: C1 a C3 = coletivos da UFV; C4 a C6= coletivos de outras instituições; DCE = Diretório Central dos Estudantes; CoE = Conselho Estudantil; CDHD = Comissão dos Direitos Humanos e Diversidade; CEPE = Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; CONSU = Conselho Universitário.

Ao observar a Figura 2, o entendimento foi de que as interações são transversais, fluidas e mesclam traços formais (diálogo com instituições participativas, regras, leis e regimentos) e informais (expertise, atuação em mídias sociais, reuniões de grupos de estudos, formação de grupos autônomos e autogeridos), valendo-se dos contatos pessoais (já estabelecidos e fortalecidos), não se restringindo às fronteiras da Universidade. Foram identificados o intercâmbio de experiências, o estabelecimento de parcerias, principalmente para realização de eventos e semanas expositivas, e os conflitos internos, em decorrência de tensões ideológicas e da desconsideração de determinados grupos em deliberações específicas.

7. CONCLUSÕES

Diante da proposta de caracterização dos coletivos estudantis e da análise das relações institucionais estabelecidas com as instâncias da gestão universitária, o trabalho deparou-se com uma carência de pesquisas que discutissem essa realidade. Portanto, foi necessário, inicialmente, situar a pesquisa no vasto campo que estuda democracia deliberativa e participação social. Ao fazer isso, depara-se, logicamente, com a conceituação de Avritzer (2008) sobre as instituições participativas. Por conta desta importante contribuição, muitos estudos são desenvolvidos para entender a multiplicidade de efeitos e possibilidades que essas experiências podem proporcionar. Todavia, o referido conceito ilumina apenas uma parcela da realidade ampliada, aquela desenhada institucionalmente para empreender suas ações. Nesse sentido, observou-se que tem ficado “à sombra” um amplo conjunto de experiências participativas, em um contexto também pouco investigado. Foi, com base neste raciocínio, que se vislumbrou estabelecer uma ponte entre movimentos estudantis informais e a representação e participação institucionalizada no contexto universitário.

Tendo em vista esse esforço de pesquisa, conclui-se que o ambiente universitário é amplo e diversificado. A representação máxima dos estudantes, o DCE, não tem condições de atender todas as demandas que lhe são direcionadas. Tal fato lança a oportunidade para que grupos estudantis se reúnam em prol de suas específicas causas, tendo sido possível perceber que os fatores motivadores foram a participação em eventos estaduais e nacionais ou situações específicas de violência/discriminação. Esses foram os principais elementos para que grupos de estudantes passassem a se organizar em busca de voz e representação.

Identificou-se, deste modo, que eram grupos autônomos, geridos pelos próprios membros e que não veem na hierarquia e institucionalização as condições necessárias para constituição e atuação do movimento. Trata-se do traço da informalidade, não no sentido pejorativo, mas na essência espontânea, dada a reunião voluntária e consciente dos envolvidos, que não resultará em um acordo regimentado entre as partes. Considerando

isso, observou-se que os coletivos tecem uma ampla cadeia de relações entre eles próprios e os demais órgãos da gestão universitária. Essa teia não se restringe à Universidade, ela se amplia. Os contatos, que dependem da postura da administração superior vigente, aproximaram as relações, trouxeram visibilidade e reconhecimento ante as causas dos coletivos de ações afirmativas. O caráter transitório da vida acadêmica pode reduzir o número de participantes nos movimentos, mas não tem sido capaz de inibir as atividades vitais dos coletivos.

A criação de novas instituições participativas, como o Conselho Estudantil (DCE) e a Comissão de Direitos Humanos e Diversidade, trouxe legitimidade para a atuação dos coletivos, uma vez que foram convidados e passaram a ocupar assentos nestes espaços de deliberação. Esta nova situação indica que pesquisas futuras tentem compreender as dinâmicas envolvidas nestes espaços assim como os reflexos das decisões tomadas.

Reconhecidas as limitações de tempo, quantidade de entrevistas realizadas e a carência de embasamento de outras experiências teóricas e empíricas, considera-se pertinente concluir que grupos de natureza informal tendem a ser excluídos ou desconsiderados das análises, talvez por conta de suas causas polêmicas ou pelo fato de não se revestirem do traço institucional (*quem se lembra deles?*). Todavia é sua relevância social, o papel educador e difusor da cidadania que despontam como atributos relevantes. Pessoas engajadas e que são fruto de pequenos e modestos espaços, como os aqui analisados, elevam a consciência política e cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 14(1), p.43-64, 2008.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 5 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BRASIL. *Decreto nº 8.727*, de 28 de abril de 2016.
- BELADONAS. *Página Inicial*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/beladonasfeministas/>>. Acesso em: 06 dez. 2016.
- BORELLI, S. H. S.; ABOBOREIRA, A. Teorias/metodologias: trajetos de investigação com coletivos juvenis em São Paulo/Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, 9(1), 161-172, 2011.
- BOULDING, C.; WAMPLER, B. Voice, Votes, and Resources: Evaluating the Effect of Participatory Democracy on Well-being. *World Development*, 38(1), 125-135, 2010.
- CARNEIRO, C. B. L. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. *Revista de Administração Pública*, 36(2), 277-292, 2002.
- CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. *Resolução Nº 1/2000*. Disponível em: <http://www.soc.ufv.br/?page_id=157>. Acesso em:

- 04 dez. 2016.
- CONSELHO UNIVERSITÁRIO. *Resolução Nº 5/2000*. Disponível em: <<http://www.ufv.br/soc/files/pag/consu/consu.htm>>. Acesso em: 04 dez. 2016.
- CUNHA, M. A.; COELHO, T. R.; POZZEBON, M. Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. *Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 296-308, 2014.
- DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES. *Estatuto do Diretório Central de Estudantes*. Disponível em: <<http://www.dce.ufv.br/>>. Acesso em: 04 dez. 2016.
- DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES. *Regimento interno do conselho estudantil da UFV para o ano letivo de 2016*. Disponível em: <<http://www.dce.ufv.br/>>. Acesso em: 08 dez. 2016.
- FUNG, A. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. *Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: editora 34. 2004.
- GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K; BANDEIRA-de-MELLO, R.; BARBOSA da SILVA, A. (Org.), *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. São Paulo: Saraiva. 2006.
- HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (36), 39-53, 1995.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS (s.d.). *O que são ações afirmativas?* Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-acoes-afirmativas.html>>. Acesso em: 08 dez. 2016.
- KLEBA, M. E.; COMERLATTO, D.; FROZZA, K. M. Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, 49(4), 1059-1079, 2015.
- LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: Pires, R. R. C. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea. 2011.
- LOPES, B. J.; SILVA, E. A.; MARTINS, S. Conselho Municipal de Saúde sob a Ótica de Seus Conselheiros: Estudo Realizado em uma Capital Brasileira. *Interações* (UCDB), 17, 163-172, 2016.
- LOPEZ, F.; PIRES, R. R. Instituições participativas e políticas públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. In: *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: Ipea. 2010.
- MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e

- européias. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 551-579, 2008
- MONTOYA, A. G. De organizaciones a colectivos juveniles panorama de la participación política juvenil. *Última Década*, 32, 61-83, 2010.
- MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R.; MELLO, M. M. S.; FORTINI, R. M. Agricultura Familiar em Debate: Análise do Meio Rural nas Mesorregiões Norte e Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais. *Desenvolvimento em Questão*, 14(34), 320-350, 2016.
- NOVAES, F. S.; SANTOS, M. E. P. D. O Orçamento Participativo e a democratização da gestão pública municipal — a experiência de Vitória da Conquista (BA). *Revista de Administração Pública*, 48(4), 797-820, 2014
- NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS. NEAB-Viçosa. *Página Inicial*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/NeabVicosaMG/>>. Acesso em: 04 dez. 2016.
- PIRES, V.; MARTINS, L. J. Orçamento Participativo (OP) após vinte anos de experiências no Brasil: mais qualidade na Gestão Orçamentária Municipal? *Revista Capital Científico - Eletrônica*, 9(2), 99-109, 2011.
- PRIMAVERA NOS DENTES. *Página Inicial*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PrimaveraNosDentes/?fref=ts>>. Acesso em: 06 dez. 2016.
- PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS CULTURAIS. *Ato nº 40/PCD/2016 de 01/11/2016*. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/files/anexos/phpeBXJcH_26263.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2016.
- SILVA, V. Coletivos Juvenis e Parkour no Brasil: percursos interculturais e Identidades. *TOMO*, 21, 63-99, 2012.
- SPOSITO, M. P. A Sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, 5 (1-2), 161-178, 1993.
- TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.